

Entrevista Guiomar Namó de Melo, diretora-executiva Fundação Victor Civita

P. Quais os principais resultados das reformas educacionais dos últimos anos para o ensino no Brasil?

R. As reformas estão mudando em profundidade o paradigma pedagógico das escolas brasileiras de Educação Básica, um processo que se inicia com a LDB que, por sua vez incorporou as experiências de inovações pedagógicas que haviam sido realizadas anteriormente por Estados e Municípios. A direção das mudanças está operacionalizada nas Diretrizes e nos Parâmetros Curriculares. Para além do âmbito pedagógico, as reformas educacionais que já vem sendo conduzidas há mais de década por Estados e Municípios estão produzindo alguns resultados importantes: estão melhorando as taxas de transição entre as séries do ensino fundamental (mais alunos estão sendo aprovados e menos estão desistindo); conseqüentemente o número dos concluintes de oitava série não só cresce – devagar mas continuamente – como a idade média dos concluintes diminui; logo o país vive uma fase de grande crescimento do ensino médio. Esses são indicadores quantitativos globais que mostram os efeitos das iniciativas tomadas no bojo das reformas da educação básica que estão sendo implementadas desde os anos 80 em alguns estados e municípios, e a partir de meados dos anos 90 sob a coordenação e liderança do MEC.

P. Qual é o papel da LDB e seu impacto na reforma educacional?

R. A LDB como se disse inspirou-se em experiências e práticas já havidas no país mas que não tinham dimensão nacional. Ao mesmo tempo foi uma lei fortemente influenciada pelas demandas educacionais da sociedade do conhecimento que emerge do avanço tecnológico e da mundialização econômica e sociocultural do planeta. Nesse sentido é

uma lei muito sintonizada com a realidade do país de um lado e com a nova ordem mundial de outro. O paradigma pedagógico e curricular que ela inaugura no plano normativo tomará ainda anos para ser incorporado na prática das escolas e salas de aula. Mas a Lei é decisiva como legitimação e rumo dessa transformação.

- P. O que são as diretrizes curriculares nacionais e qual a relação com os PCNs?
- R. A LDB define como competência da União – em parceria MEC-CNE, o estabelecimento de diretrizes curriculares para as várias etapas e modalidades da educação básica. Neste sentido as DCNs são obrigatórias porque decorrem do quadro legal e normativo da educação do país. Exatamente por serem obrigatórias as DCNs são amplas e flexíveis. Não estabelecem um currículo mas as orientações gerais que os sistemas e escolas deverão observar para desenhar seus próprios currículos em nível regional ou local. Já os Parâmetros – PCNs são um currículo e por essa razão são recomendações do MEC para os sistemas e escolas mas não são obrigatórios. Estabelecer diretrizes é função do CNE e do MEC. Elaborar parâmetros é tarefa do MEC no cumprimento de seu papel de assistência técnica e financeira aos sistemas.
- P. O MEC registrou que houve redução no número de professores leigos e aumento no número de professores formados. Qual a sua opinião sobre a situação do professor da escola pública hoje?*
- R. Mesmo com aumentos significativos o Brasil deverá levar décadas para certificar os professores em exercício que não têm formação de nível superior. Para acelerar esse processo será preciso construir novos modelos e metodologias de ensino superior de massa, que potencializem os recursos tecnológicos hoje disponíveis e ao mesmo tempo garantam um patamar básico de qualidade. Além dos que estão hoje na função docente, é preciso lembrar que o país tem 2.500.000 de professores e que uma porcentagem

destes terá de ser reposta a cada ano. Em 25 anos teremos, em tese, renovado todo o plantel de professores que hoje trabalham na educação básica! É uma tarefa gigantesca formar os novos mas só com isso as reformas serão duradouras e sustentáveis no longo prazo. A formação de professores no Brasil é um tema polêmico e complexo, que não dá para discutir nesta entrevista. O MEC e o CNE, depois de 02 anos de debates com os diferentes interessados, acabam de produzir novas diretrizes institucionais e curriculares para a formação dos professores. Recomendo que todos tomem conhecimento das normas atuais, em especial da Resolução CNE 01/1999 que regulamenta os Institutos Superiores de Educação, e do Parecer CNE 09/2001 que é o parecer básico sobre as novas diretrizes curriculares.

P. O Brasil ainda tem aproximadamente 18 milhões de analfabetos. Por outro lado, aumentou significativamente o número de doutores. O que é preciso para diminuir os contrastes educacionais e regionais e promover uma educação com equidade?

R. Se aumentou o número de doutores aumentaram também as taxas de escolaridade e de atendimento das várias taxas etárias da educação básica. É preciso lembrar que a educação, em todos os níveis, é fator de distribuição, não de concentração de renda. O país precisa de doutores para produzir ciência que contribua para o desenvolvimento e a qualidade de vida de todos. O problema do analfabetismo tem menos a ver com o número de doutores e muito a ver com a qualidade da educação de base. É preciso continuar avançando na reforma desta última, intervir em todos os fatores determinantes de sua qualidade para que todas as crianças que entram na escola possam aprender e aprender coisas significativas para sua vida. Só assim a educação vai poder contribuir para eliminar a exclusão social da qual o analfabetismo é um dos indicadores.

P. Qual deve ser o foco da escola pública na preparação da criança e qual o papel dos pais nesse processo?

R. A escola é o lugar privilegiado da aprendizagem planejada para educar pessoas mais participativas, solidárias, produtivas e felizes. Nos dias de hoje, com a disseminação das tecnologias da informação, todos podem aprender em espaços não escolares. Mas ainda é na escola que essas aprendizagens podem ser (re)usadas, que o conhecimento disponível em muitos lugares pode ser significado de acordo com valores estéticos, políticos e éticos que constróem visão de mundo, de sociedade e de seres humanos. A escola não podem abrir mão desse papel porque não existe ainda nenhum outro espaço social, nem mesmo a família, que a substitua na tarefa de organizar situações para aprender ou reaprender, construir significados ou ressignificar conhecimentos. A família pode e deve complementar, apoiar, participar. Mas a família coloca a criança na escola porque espera que nela existam competência e compromisso para fazer mais e melhor sua função histórica.

P. A escola tem sido chamada a tomar uma atitude em relação a vários outros assuntos. Ultimamente a questão do uso e tráfico de drogas nas proximidades ou mesmo dentro das escolas está sendo muito noticiada e discutida. Qual a responsabilidade da escola além do processo de ensino aprendizagem?

R. Quando o aprendido é significativo, quando pode ser aplicado para compreender e transformar a realidade, um passo foi dado na direção da prevenção da violência, da droga, da gravidez precoce e tantos outros males que afligem nossa sociedade. Não se diria que a escola tem responsabilidade além do processo de ensino aprendizagem e sim que ela é responsável o processo de ensino aprendizagem ir além da mera aquisição de informações sem sentido. Conhecimento que pode ser transformado em prática é uma

condição necessária, embora não suficiente, para formar crianças e jovens mais sensíveis para o perigo da droga e da violência. Experiência escolar de sucesso é indispensável para construir uma auto estima forte, confiante, que se não elimina o perigo da droga garante menos debilidade ao lidar com ele.

P. A LDB prevê a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. O Fundescola estipulou padrões mínimos para o mobiliário, formação de professores e materiais didáticos para as escolas atendidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Padrões mínimos são importantes para se melhorar a qualidade do ensino no Brasil? Como poderiam ser disseminados para todas escolas públicas?

R. Padrões mínimos são decisivos e os recursos existentes precisam ser bem gastos para poder garanti-los a todas as escolas.

P. Nos últimos anos, a discussão sobre a gestão da escola pública aumentou. Quais os desafios dos professores que se tornam diretores e, conseqüentemente, gestores? É necessária formação especial?

R. Sim, a formação de gestores é importante. Mas a experiência anterior de professor também. O ideal é que a formação específica para a gestão ocorra sobre uma base de vida prática, de chão de sala de aula que só a regência de classe propicia.

P. Qual seu papel e como o terceiro setor tem colaborado para a área educacional?

R. No Brasil grande parte dos materiais didáticos e da formação de professores está nas mãos da iniciativa privada, tanto a que se classifica como terceiro setor, como a empresa clássica. Ambas têm um papel decisivo portanto na determinação da qualidade de ensino. No entanto o estado brasileiro (nas três esferas), ainda tem uma síndrome de produção de insumos diretamente em lugar de assumir – como o MEC fez em relação ao livro

didático – o papel de controle da qualidade e garantia de preço justo dos insumos pedagógicos. Em relação à formação de professores é urgente que o poder público estabeleça regras mais exigentes e específicas para credenciar, autorizar e reconhecer os cursos de formação de professores, garantindo condições básicas de qualidade. Complementando isso terá ainda, que disciplinar a certificação de competências dos futuros professores (tarefa técnica que também ela pode ser terceirizada) e construir mecanismos justos e transparentes para subsidiar a demanda de novos professores com bolsas de estudo e apoio financeiro dos alunos pobres que querem se dedicar ao magistério. A situação atual é profundamente injusta e irracional. É uma situação em que ninguém ganha: os pobres pagam pelos cursos de formação de professores; as escolas privadas em geral não oferecem ensino de qualidade mesmo sendo pagas porque não há controle; os professores ingressam na carreira mal formados; os sistemas gastam somas consideráveis em programas de educação continuada que, no fundo, estão repondo o que os professores não aprenderam na escola básica e no curso superior de formação; os alunos não aprendem porque os professores não sabem ensinar. Escolas que oferecem bom ensino deveriam ser credenciadas para receber alunos que recebem subsídios para estudar. O custo disso seria menor do que o custo aluno das universidades públicas. Estas, por sua vez, deveriam ampliar suas vagas para absorver uma parte maior da demanda por cursos de formação docente. Dados do ProDocencia, programa de um consórcio de universidades federais voltado para a formação e certificação em nível superior de professores afirma que no ritmo atual o Brasil demoraria 80 anos para certificar os mais de um milhão de professores em serviço que não têm formação superior. É preciso então começar logo e seguir depressa embora não às pressas.